

Resenha*

GARAÑO, Santiago. *Deseo de combate y muerte: El terrorismo de Estado como cosa de hombres* (Spanish Edition). Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica Argentina, 2023.

Giovane Rodrigues Jardim

Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Rio Grande do Sul

Cristiéle Santos de Souza

Prefeitura Municipal de Erechim

Publicada pela primeira vez no ano de 2023 na Cidade Autônoma de Buenos Aires, por iniciativa do Fundo de Cultura Econômica, a obra *Deseo de combate y muerte: El terrorismo de Estado como cosa de hombres*, de autoria de Santiago Garaño, trata do terrorismo de Estado e da História Militar na Argentina. A obra compõe-se de três partes, cada uma delas dividida em três capítulos, totalizando mais de 400 páginas, que estão disponíveis nas versões impressa e online. Trata-se, também, de um exemplar do compromisso intelectual e acadêmico do autor em procurar compreender os acontecimentos sociais e políticos por meio de uma Antropologia Social. Com esse propósito, o autor parte de um caso paradigmático e lança perspectivas para uma compreensão mais ampla no que se refere à identidade, à cultura e aos processos formativos.

Santiago Garaño é doutor em Antropologia pela *Universidad de Buenos Aires*, professor do Instituto de Justiça e Direitos Humanos da *Universidad Nacional de Lanús* e da *Escuela de Política y Gobierno da Universidad Nacional de San Martín* e é investigador do *Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas* (CONICET), onde coordena a *Comisión de la Memoria*. Integra grupos de pesquisa e redes, possui diversas publicações em periódicos com ênfase na temática da repressão Estatal e da violência na história recente da Argentina. Além da obra aqui resenhada, que se insere no contexto de pesquisa de larga escala desenvolvida a respeito do Operativo Independência (Tucumán, 1975-1977), Garaño é autor dos seguintes livros: *La otra juvenilia* (2002); *Detenidos-aparecidos* (2007); e *Memorias de la prisión política durante el terrorismo de Estado en la Argentina* (2020).

Já nos agradecimentos que principiam a obra, é possível perceber o compromisso do autor com a importância da educação pública e do financiamento público de pesquisa como iniciativas que propiciam o diálogo e o intercâmbio acadêmico. Nos mesmos agradecimentos, Garaño expõe seu propósito de reconhecimento aos seus entrevistados, buscando dar a conhecer suas experiências como recrutas no serviço militar obrigatório em um período de repressão. Assim, antes mesmo da

* O presente trabalho foi realizado com o apoio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) e com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

leitura dos primeiros capítulos, o leitor é familiarizado com o comprometimento do autor com as dimensões humana, corporal e sensível dos envolvidos na pesquisa. No mesmo sentido, ao escrever o epílogo, Garaño situa seu compromisso ético enquanto pesquisador, ao narrar sua participação em um julgamento de lesa humanidade em que foi testemunha, problematizando a transposição de sua pesquisa acadêmica para o âmbito jurídico enquanto uma prova judicial.

Por sua vez, a introdução situa marcos referencias importantes para os leitores não familiarizados com as pesquisas antropológicas sobre o passado recente da Argentina, de modo que fica evidente o diferencial proposto por Garaño, no que se refere a adentrar o campo das fortes emoções e sentimentos, como o ódio e a vingança, para compreender o “*deseo*” como compromisso engendrado entre os militares. A essa abordagem, Garaño denomina “*giro hacia las emociones y los afectos*”, considerando a ira, a fúria, o ódio e a recordação como forças políticas sem as quais não seriam possíveis delitos tão terríveis. A abordagem e a discussão desse processo, não só de desumanização das vítimas, mas também de formação dos perpetradores, têm em vista responder a seguinte questão: “como foi possível o surgimento do terrorismo de Estado na Argentina?”.

Para essa pergunta foram formuladas inúmeras respostas e Garaño demonstra estar consciente disso ao não apresentar um olhar em oposição direta a essas respostas, pelo contrário, propõe-se a compreender o que seria algo a mais, ou seja, um lado pouco explorado e conhecido pelas pesquisas, isto é, os próprios perpetradores, como sujeitos de afetos, emoções e desejos. Não há, em sua obra, uma apologia à “teoria dos dois demônios”, o que não o impede de considerar a questão de como a ação de um grupo foi articulada como justificativa para a ação de outro. Entender não é justificar, e esse é um ponto central para compreender a obra de Garaño, pois, ao tratar de emoções e de afetos, se trata não só de subjetividades, mas, também do aplainamento dessas por meio de experiências compartilhadas, pela memória treinada e pelo esquecimento organizado. Na perspectiva do autor, foram engendrados os desejos de combate e de vingança como algo constituinte do próprio ser do agente militar em um mundo em que seu significado exige “ontologicamente” e “metafisicamente” a eliminação do seu “inimigo existencial” para a sua própria realização. O tema do desejo parece responder à questão de uma certa ambivalência entre voluntário e involuntário presente em muitos estudos, pois ele transpassa o caráter da participação por passividade, presente, por exemplo, em discursos sobre a frieza moderna e/ou a incapacidade de se colocar no lugar do outro, e situa a assunção de uma obrigação a partir da aspiração de alguém por ser e por existir.

A análise da “*memoria castrense*” tornaria evidente a existência de uma moralidade com base no heroísmo e no sacrifício? Garaño aponta que sim, e mais, de que houve um processo de formação desse comprometimento pessoal com o exercício da violência. E aqui novamente uma ousadia do autor, pois trata-se de identificar uma inversão do princípio moral kantiano do não matar, por exemplo, e de sua transformação em uma lei moral do eliminar o outro a qualquer custo e a qualquer implicação pessoal. Nesse sentido, o autor afirma que o estudo das memórias castrenses sobre o Operativo Independência possibilita compreender o mundo dos perpetradores, ou seja, “*un universo marcado por la clandestinidad y el secreto militar*”, e assim, da repressão como “*cosa de hombres*”.

Está presente o tema da construção de um arquétipo de masculinidade, e assim, de honra, valentia, coragem e heroísmo. Nesse contexto, o autor questiona se seria o Operativo Independência uma espécie de rito de passagem, de iniciação, de naturalização das atrocidades a serem cometidas,

sobretudo, no que se refere às práticas relacionadas ao gênero e à sexualidade no exercício do terror como tarefa de “*machos*”. Haveria uma espécie de doutrina de segurança nacional própria na Argentina? A partir da análise em profundidade de um caso particular, tendo presente a importância de doutrinas externas, Garaño aponta que sim. Como uma mirada complementar, ele sugere que ali se ensaiaram relações com base na camaradagem e na lealdade masculinas que foram importantes suportes do sistema nacional de desaparecimento de pessoas, e mais, do *continuum* pacto de silêncio e de sangue. Para Garaño, essa experiência de operações em Tucumán foi como que “uma escola” de treinamento em novas técnicas de contrainsurgência, tendo como base uma experiência emocional que envolveu o compromisso pessoal com a repressão.

Então, importam a Garaño as emoções, os sentimentos, os valores morais e os afetos que atravessam os perpetradores e também as vítimas, e ademais, o lugar ocupado pelos mortos pela guerrilha como motor desse comprometimento e desejo de vingança. Não é somente para a realização de uma coletividade imaginada ou ideológica, mas do próprio significado e reconhecimento enquanto ser humano e pertencente a um grupo. E aqui residem alguns questionamentos, não ao autor, mas à realidade que ele apresenta: no que se refere aos processos da justiça de transição e às políticas públicas de memória até então demandadas e implementadas, o quanto se atentou para a necessidade de desconstrução social e política, educacional e cultural, desse desejo de combate e morte do “inimigo”? O quanto o heroísmo e o sacrifício, dentre outros, perduram como valores em uma coletividade que foi lesada em suas relações de reciprocidade e de respeito? Como construir relações democráticas quando o outro é o “inimigo existencial”?

A primeira parte do livro, intitulada *Afectos, Emociones y Sentimientos*, está dividida em três capítulos, a saber: I. *El caso Viola*; II. *Deseo de combate*; III. *Um ritual de iniciación*. Em um primeiro momento, Garaño familiariza o leitor com o caso de um ataque que resultou na morte de um oficial do exército e de uma de suas filhas, em 1974. Esse ataque, como outros, direcionado não somente a militares, mas também a seus familiares, foi visto como uma ameaça à “família militar”, dando as bases psicológicas para o ódio e o desejo de vingança. Como ação psicológica, as forças armadas transformaram o caso Viola em um emblema da violência política que condensou sentimentos e emoções presentes no meio militar. Nessa perspectiva, o autor aponta para um tema sempre controverso no debate público argentino, ou seja, a responsabilidade relacionada às ações armadas por movimentos e ativistas nos anos 1970 e, sem recair em uma perspectiva de culpabilização e/ou de desresponsabilização, ele mantém o foco na dimensão dialética das relações. Assim, o primeiro capítulo aponta que o terrorismo de Estado não foi algo operado apenas por policiais ou militares, mas também por uma trama de agentes civis.

Garaño destaca, entretanto, que o compromisso com o exercício do terror não foi um processo evidente ou mesmo necessário, nem óbvio ou natural, mas um processo articulado na construção de um código moral com base em experiências compartilhadas e na manipulação dessas como um valor pelo qual vale a pena morrer. Nessa perspectiva, o combate não é um seguir ordens (heteronomia) de um superior ou de uma instituição, mas por convicção (autonomia). O Operativo Independência foi uma experiência compartilhada, da qual mesmo os que negam a participação na repressão ilegal não negam sua presença nas ações de combate em Tucumán. Essas experiências não deixaram os mesmos resquícios em recrutas e oficiais de carreira, pois o que para alguns é uma experiência traumática,

para outros é sinônimo de profissionalismo. Sobre isso, o autor enfatiza a produção institucional do ódio e da necessidade grupal de vingança, bem como a naturalização da crueldade como algo cotidiano e íntimo.

Se um evento foi utilizado para dar sentido inicial a uma dimensão de vingança e combate, a própria experiência de campo, de convivência e de dificuldades do período de revezamento em Tucumán, bem como da morte de companheiros e/ou a perspectiva e o medo de sua própria morte, foram canalizados como propaganda e ideologia para um desejo de sacrifício frente ao qual até mesmo sobreviver pode significar uma traição aos caídos. Garaño destaca que os perpetradores foram afetados pela experiência e pelo exercício da violência, a partir do que foi gerado um compromisso emocional e pessoal. Como um ritual de iniciação, a própria experiência do serviço temporário ou rotativo no Operativo Independência passou a ocupar um papel importante, um “batismo de sangue”, que engendra este comprometimento pessoal com o aniquilamento. Está presente, assim, algo que tem origem corpórea, da vivência e dos afetos, e depois, algo intelectualizado, transformado em ideologia e justificações. Uma experiência que afetou não somente aqueles que participaram do Operativo Independência, mas também os que se sentiram feridos pelos relatos que ouviram dos que lá estiveram, que como ação psicológica — de incorporação e ampliação dessa experiência — produziu não só o comprometimento pessoal, mas também uma justificação para a sociedade argentina.

A segunda parte, intitulada *Mostrar y ocultar*, está dividida em três capítulos, a saber: *IV. Campo de prueba*; *V. Teatro de Operaciones*; *VI. El Estado terrorista y sus márgenes*. Dando continuidade ao seu argumento central, o autor aborda o que chama de “formas elementares” do autoritarismo de Estado na Argentina, tendo como fontes documentos *castrenses* e as memórias de militares de alta patente referentes à burocracia e à organização institucional. Assim, conclui que as operações na região de Tucumán foram uma preparação e um ensaio para o que se tornou uma característica mais particular da segurança nacional contrainsurgente na Argentina, isto é, o desaparecimento forçado e sistemático de pessoas. Garaño demonstra, ainda, que reconstruir a experiência dos perpetradores é um desafio, pois tratam-se de práticas ilegais e sigilosas. O deslocamento de pessoas de diferentes forças militares e civis para a região e a própria experiência lá vivenciada criaram, entre os recrutas, a ideia de que a população da região colaborava com os subversivos, de modo que todos e cada um eram suspeitos e, portanto, possíveis inimigos.

Nessa perspectiva, Garaño analisa a intensificação das operações na região de Tucumán, a consolidação com o golpe militar e a fase que sucede a vitória na luta contra a subversão com a organização de povos e a nomeação desses lugares como marcas da vitória. Para o autor, o Operativo Independência significou tanto a destruição quanto a produção da ordem social, por meio da violência política. Os documentos inéditos que analisa permitem apontar que a região foi transformada em um palco para a “acumulação de experiência repressiva”, de modo que, no sul tucumano, realizou-se um ensaio para o terrorismo de Estado que, a partir de 1976, se estendeu para outras regiões do país. A hipótese de Garaño é de que o monte tucumano deve ser pensado como um produto espacial e histórico de uma experiência de violência e repressão política, o que implica pensar na importância política e histórica da região. Trata-se da utilização de símbolos e de imagens, da relação da luta militante ou contra subversiva com a independência, com significados nacionais e com a própria

experiência compartilhada nessa “cena de guerra” que os tornava capazes de qualquer ato criminal pelo compartilhamento do terror ali vivenciado.

Perpassando o autoritarismo de Estado no jogo entre mostrar e ocultar, Garaño demonstra a relação entre o ocultamento dos centros clandestinos de detenção e tortura e a exibição da guerra contra a subversão, expondo, assim, a “cultura do terror” como arma do Estado. Os testemunhos analisados possibilitaram ao autor, ainda, apontar para a questão da masculinidade, pois, aos mais “machos” (guerreiros) cabia a tarefa da luta contrainsurgente, aos demais, tarefas como lavar, cozinhar etc., de forma que os recrutas eram espectadores e participantes da luta contrainsurgente como forma de se tornarem soldados e homens.

A terceira parte, intitulada *Entre fuleiros, heróis y traidores*, está dividida em três capítulos, a saber: *VII. Cultura del terror*; *VIII. Un enemigo interno*; *IX. Poder soberano*. Neles, o autor se detém à análise das ações psicológicas desenvolvidas e de como essas ações atravessaram e marcaram tanto recrutas quanto soldados de carreira, no que se refere à cultura do terror a partir da produção de rumores, mitos e estigmas sobre o inimigo. Garaño procura compreender, a partir dos testemunhos, a relação entre violência, afetos e narrativas. E, assim, vão aparecendo inúmeras histórias em que o medo, o perigo e a insegurança, entre os integrantes do operativo, surgem como instrumentos de modulação afetiva. Mitos e rumores sobre a guerrilha rural (o inimigo a ser combatido) tornaram-se uma potente força política e parte das condições emocionais que tornaram o terrorismo de Estado possível, uma vez que, frente ao medo e ao perigo permanente, foram reforçados laços de companheirismo e camaradagem. Esses laços também eram regulados pela ideia da existência de um inimigo interno, uma divisão entre heróis e traidores, o que servia como dispositivo de regulação das relações entre oficiais, suboficiais e soldados do Exército. Nessa perspectiva, Garaño destaca que a suspeita sobre os recrutas que poderiam ser infiltrados fundava a noção de que deveriam ser colocados por fora do direito, da lei e da honra e ser combatidos de forma não convencional. A partir dessa caracterização do inimigo como não convencional, torna-se possível a repressão ilegal e clandestina.

No que diz respeito a ferir o “poder soberano”, Garaño destaca, a partir das entrevistas de ex-recrutas, que não só foram cometidas graves violações contra os opositores, mas também contra a população civil e aos próprios recrutas. Trata-se de conhecer as semelhanças entre as modalidades da repressão social e política durante os anos setenta e as condições de possibilidade do exercício da violência Estatal, chamando a atenção para o forte compromisso afetivo e emocional sobre o qual foi construída uma forte malha que sustentou o exercício do terrorismo de Estado na Argentina.

Garaño não é filósofo nem se propõe a uma análise filosófica. Todavia, como presente desde o título *“Deseo de combate y muerte”*, há uma vasta e diversa investigação documental associada à coleta de entrevistas e depoimentos, que trazem questões fundamentais para a Filosofia Política Contemporânea. Uma dessas questões é a “não banalidade do mal”, ou seja, a ideia de que não há uma cisão entre o homem emocional e leal à família e aos amigos e o homem que é capaz de torturar e matar. Foram esses mesmos sentimentos, emoções e afetos, que, modulados em uma experiência de terror, os tornaram, para a defesa de si e de seus próximos, e ainda dos companheiros caídos, capazes de cometer as diversas atrocidades. Mas se o exercício da violência política não é coisa banal, também não há uma ontologia do perpetrador, ou ainda, uma natureza “demoníaca” *a priori*, pois foi necessário

o engendramento, a naturalização, a construção da capacidade e do desejo de aniquilamento do inimigo. A partir da análise de Garaño, deparamo-nos com algo que nem sempre temos presente, isto é, de que não só a frieza e a indiferença promovem horrores, mas também a manipulação de emoções sobre um “inimigo existencial” que conformam uma realidade onde tudo pode vir a acontecer.

Está presente, ainda, o conceito de desejo, que é pouco explorado contemporaneamente, mas importante para a tradição filosófica. Na relação entre desejo e reconhecimento e, ainda, na diferenciação entre desejo e vontade, o que Garaño questiona é o desejo de combate e de morte como algo que passa a ser constitutivo do ser humano em seu pertencimento a um determinado contexto de identidade. Garaño é antropólogo e está preocupado com as condições afetivas e emocionais que tornaram possível o terrorismo de Estado como coisa de homens, mas sua abordagem é também uma contribuição para a Filosofia, no sentido de pensar a repressão antes da repressão, ou melhor, de questionar o próprio processo de formação de sujeitos capazes de seguir e desejar ordens ilegais, de não se colocar no lugar do outro e, ao mesmo tempo, de formar parte de sua identidade e de seu pertencimento a partir dessa necessidade engendrada como uma realização pessoal. Desejo designa, assim, uma vontade deliberada e consciente, mas que também transcende a capacidade do entendimento, de forma que o consentimento pode ser como um ato voluntário frente à aceitação de uma realidade vivenciada como inevitável.

Deseo de combate y muerte expõe alguns desafios para investigações sociais e políticas referentes à relação entre vítimas e perpetradores em regimes de exceção, entre eles, pensar as condições de existência e memória de perpetradores que foram também vítimas do autoritarismo de Estado em preparação, ou ainda, as demasiadas semelhanças desse desejo de destruição do inimigo existencial, com os atuais discursos públicos presentes em movimentos de direitos humanos e de empreendedores de memória, assim como nos discursos que procuram negar e/ou justificar tais violações no passado e no presente.

A leitura dessa obra incita a reflexão acerca da necessidade do fim do serviço militar obrigatório no Brasil, como já o fez a Argentina, o que desconstrói o discurso de formação de homens, como também expõe a necessidade de enfrentamento, por parte do Estado, da própria formação militar de praças e oficiais no que se refere à conformação pessoal e profissional com a promoção e a defesa dos direitos humanos, e ademais, com o compromisso institucional com o Estado democrático de direito. Quiçá *Deseo de combate y muerte* venha logo a ser traduzido para o português e assim possa ser mais amplamente lido e debatido no Brasil, pois é uma investigação cujo conhecimento poderá contribuir com as demandas brasileiras de elaboração do passado de autoritarismo sem perder de vista seus antecedentes e continuidades, tarefa para a qual a abordagem do desejo como algo que impele a ação humana, para a morte ou para a vida, é um elemento pouco explorado em nossas pesquisas sobre a ditadura civil-militar e sobre as suas consequências, enquanto violência política, para as relações de reciprocidade e de respeito.

Resenha recebida em: Setembro de 2024.

Aprovada em: Outubro de 2024.

Giovane Rodrigues Jardim (giovane.jardim@erechim.ifrs.edu.br) é Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas (UFPel); docente do IFRS *campus* Erechim.

Cristiéle Santos de Souza (cristiele.hst@gmail.com) é Doutora em Memória Social e Patrimônio Cultural (UFPel); docente da rede municipal de ensino de Erechim/RS